

TJ fixa regras para repartição de ICMS em transações tributárias estaduais



O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) julgou, na sessão ordinária desta segunda-feira, 21, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), proposta pelo prefeito do Município de Porto Velho contra o governador do Estado e o presidente da Assembleia Legislativa.

A controvérsia girava em torno dos parágrafos 8º e 9º do artigo 1º da Lei Estadual nº 6.328/2026, que disciplinam os repasses constitucionais de impostos (como o ICMS) devidos aos municípios em casos de transações tributárias, que são acordos jurídicos nos quais o Estado e o contribuinte em débito fazem ajustes consensuais para quitar dívidas fiscais. A transação tributária é um acordo previsto em lei no qual o Fisco e o contribuinte fazem concessões mútuas para encerrar um litígio fiscal e quitar débitos com a Fazenda Pública.

Licitação de R\$ 8,5 bilhões para atender 40 municípios foi declarada deserta após nenhuma empresa apresentar proposta.

Leia mais na pág. 03

MP Eleitoral recomenda medidas para evitar uso de inauguração pública em benefício de candidaturas em Ouro Preto do Oeste

PÁGINA 03



Hospital Municipal de Machadinho d'Oeste amplia serviços, exames e realização de cirurgias



Unidade gerida por meio de Parceria Público-Privada oferece exames laboratoriais, raio-X, eletrocardiograma, ultrassonografia e endoscopia.

PÁGINA 04

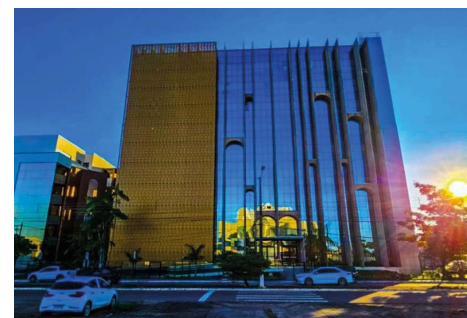
Porto Velho e IBGE avançam em parceria para reorganizar mapa e limites do município



Prefeitura e IBGE discutem acordo para atualizar divisão territorial, organização dos bairros e delimitação das áreas urbanas do município.

PÁGINA 05

Iniciativa que amplia acesso à educação infantil coloca TCE-RO entre os finalistas de prêmio nacional



É esse impacto social que levou o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) à final de uma das mais importantes premiações de inovação do país.

PÁGINA 04

MP Eleitoral recomenda medidas para evitar uso de inauguração pública em benefício de candidaturas em Ouro Preto do Oeste

O Ministério Público Eleitoral (MPE) expediu recomendação conjunta ao Município de Ouro Preto do Oeste para que adote medidas destinadas a impedir o uso da solenidade de inauguração do restaurante e das estruturas turísticas do Morro Chico Mendes, prevista para 2 de outubro, em benefício de candidaturas nas Eleições 2026. O documento é assinado pelo procurador regional eleitoral Leonardo Trevizani Caberlon e pela promotora eleitoral Camyla Figueiredo de Carvalho, do 13º Ofício Eleitoral.

A recomendação tem caráter preventivo e considera a proximidade entre a data anunciada para a inauguração e o primeiro turno das eleições, marcado para dois dias depois. O objetivo é preservar a igualdade de oportunidades entre as candidaturas e evitar que estruturas, recursos ou atos oficiais do Município sejam utilizados, direta ou indiretamente, para promoção eleitoral.

Entre as medidas recomendadas, o MPE orienta que não seja permitido o comparecimento ou a participação de candidatas ou candidatos na solenidade, independentemente do cargo disputado.

A recomendação também estabelece que a obra, suas instalações, equipamentos, recursos públicos, servidores e serviços municipais não sejam utilizados para beneficiar candidaturas, partidos políticos ou federações.

O documento orienta ainda que não seja permitida propaganda eleitoral no local, como bandeiras, faixas, cartazes, adesivos ou impressos, e que discursos, falas oficiais, vídeos, materiais gráficos ou outras formas de comunicação relacionadas ao evento não sejam empregados para promover candidaturas ou associar eleitoralmente a entrega da obra a determinada pessoa candidata.

Também foi recomendado que os canais oficiais da Prefeitura, incluindo site e perfis institucionais em redes sociais, não sejam utilizados para promoção de candidaturas nem para publicidade institucional da inauguração em desacordo com as restrições previstas na legislação eleitoral. Servidores públicos, veículos, equipamentos, materiais e serviços custeados pelo Município igualmente não devem ser empregados em atos de campanha ou para proporcionar benefício

eleitoral.

Segundo a recomendação, caso a inauguração seja realizada, o evento deve permanecer estritamente vinculado à sua finalidade administrativa, sem se transformar, direta ou indiretamente, em ato eleitoral ou instrumento de promoção de candidatura. O município também deve dar ciência das orientações aos secretários municipais, servidores responsáveis pela organização, cerimonial e comunicação social, além dos demais agentes públicos envolvidos.

O Ministério Público Eleitoral ressaltou que o eventual descumprimento da recomendação poderá resultar na adoção das medidas judiciais cabíveis para assegurar a regularidade do processo eleitoral.



Orientação trata da inauguração prevista para 2 de outubro no Morro Chico Mendes e busca assegurar a igualdade entre candidaturas e a observância das regras eleitorais.

Rumo ao Senado: Sílvia Cristina faz grande reunião em Vilhena

A candidata ao Senado Sílvia Cristina realizou em Vilhena, na noite desta terça-feira (22), uma grande reunião finalizando uma mobilização durante todo o dia, com caminhadas, visitas a empresas



Candidata participou de caminhadas, visitas a empresas e entrevistas durante o dia, encerrando a agenda com reunião com apoiadores no município.

e entrevistas. O primeiro suplente Marcelo Lucas, que é do Cone Sul, acompanhou Sílvia em todas as mobilizações.

“É uma crescente em nossa campanha, recebendo cada vez mais manifestações de apoio. As pessoas nas ruas mostram confiança em nosso nome e em Vilhena não foi diferente. Agradecer a todos que nos receberam com muito carinho e dizer que o time do bem não para de crescer, rumo ao Senado”, disse Sílvia.

Durante a passagem pelo município, a candidata também apresentou propostas relacionadas a áreas como saúde, infraestrutura, estradas e regularização fundiária. Entre as demandas mencionadas durante a agenda estão a melhoria

da estrutura de atendimento à saúde e investimentos em estradas para facilitar o deslocamento da população e o escoamento da produção.

Outro tema destacado foi o setor produtivo. Segundo a campanha, Sílvia e Marcelo Lucas defendem medidas voltadas à regularização fundiária, ampliação do acesso ao crédito e melhoria da infraestrutura logística. Marcelo, que atua como empresário e produtor rural no Cone Sul, também citou a necessidade de investimentos em estradas e portos para melhorar o transporte da produção de Rondônia.

Marcelo Lucas avaliou que “a mobilização mostrou que Vilhena está fechada com o time do bem, o time do 111 pro Senado. Vamos seguir trabalhando para levar a mensagem de trabalho e de compromissos com a população”.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008

Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

TJ fixa regras para repartição de ICMS em transações tributárias estaduais

O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) julgou, na sessão ordinária desta segunda-feira, 21, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), proposta pelo prefeito do Município de Porto Velho contra o governador do Estado e o presidente da Assembleia Legislativa.

A controvérsia girava em torno dos parágrafos 8º e 9º do artigo 1º da Lei Estadual nº 6.328/2026, que disciplinam os repasses constitucionais de impostos (como o ICMS) devidos aos municípios em casos de transações tributárias, que são acordos jurídicos nos quais o Estado e o contribuinte em débito fazem ajustes consensuais para quitar dívidas fiscais. A transação tributária é um acordo previsto em lei no qual o Fisco e o contribuinte fazem concessões mútuas para encerrar um litígio fiscal e quitar débitos com a Fazenda Pública.

Seguindo o voto do relator, desembargador Osny Claro de Oliveira, a Corte fixou, por unanimidade, a interpretação conforme a Constituição ao texto dos dispositivos questionados, que é a técnica de julgamento na qual os desembargadores mantêm o texto da lei, mas definem exatamente como ele deve ser interpretado e aplicado de modo a respeitar as normas constitucionais.

O colegiado rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa (questionamento sobre ter ou não o prefeito os requisitos



Licitação de R\$ 8,5 bilhões para atender 40 municípios foi declarada deserta após nenhuma empresa apresentar proposta.

legais para fazer o pleito judicial), considerou prejudicado o agravo interno interposto (o recurso perdeu objeto com o julgamento) e converteu a análise da medida cautelar no julgamento definitivo do mérito (já que o tema era o mesmo), declarando a ação parcialmente procedente.

A decisão do Poder Judiciário rondoniense fixou três diretrizes jurídicas centrais:

I) não integra o conceito constitucional de produto da arrecadação, para fins de repartição constitucional das receitas, a parcela do crédito tributário correspondente aos descontos ou abatimentos regularmente concedidos no âmbito da transação tributária, por não representar receita pública efetivamente arrecadada;

II) a mera celebração da transação

tributária não configura, por si só, arrecadação nem gera receita pública passível de repartição constitucional, a qual somente ocorrerá à medida que houver a efetiva satisfação, total ou parcial, da obrigação tributária, na forma prevista no respectivo acordo;

III) integra o conceito constitucional de produto da arrecadação o montante efetivamente satisfeito da obrigação tributária, ainda que a extinção do crédito ocorra mediante compensação, utilização de precatórios, conversão em renda de depósitos ou outra modalidade legalmente admitida apta a produzir disponibilidade econômica ou supressão de passivo estatal, observando-se, para fins de repartição constitucional, o momento em que ocorrer a efetiva satisfação da obrigação tributária.

Durante o julgamento, o procurador-Geral do Estado, Thiago Alencar Alves Pereira, realizou sustentação oral em defesa da constitucionalidade da legislação estadual. Representando o Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO), o Procurador de Justiça Marcelo Lima opinou pela improcedência da ação.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI/ADIN) é processo utilizado para questionar no Tribunal de Justiça se uma lei estadual ou municipal viola as regras estipuladas pela Constituição Estadual.

Justiça rejeita pedido do Governo e mantém lei que garante fornecimento gratuito de canabidiol em Rondônia

O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) rejeitou os embargos de declaração apresentados pelo Governo do Estado e manteve a decisão que reconheceu a constitucionalidade da Lei Estadual nº 5.557/2023. A norma, de iniciativa da Assembleia Legislativa, institui uma política pública para o fornecimento gratuito de medicamentos à base de canabidiol (CBD) e outros compostos canabinoides na rede pública e conveniada ao SUS.

O Governo havia questionado a validade da lei, alegando criação de despesas sem previsão orçamentária e interferência nas atribuições do Poder Executivo. O Tribunal, porém, entendeu que a legislação estabelece diretrizes gerais e não altera a estrutura administrativa do Estado.

A decisão também considerou o en-



Tribunal Pleno rejeitou recurso do Governo e confirmou constitucionalidade da Lei Estadual nº 5.557/2023

tendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo o qual leis de iniciativa parlamentar podem gerar despesas para a administração pública, desde que não modifiquem a organização administrativa ou o regime jurídico dos servidores.

Ao analisar o recurso, julgado em 21 de setembro de 2026, o Tribunal Pleno

reafirmou que a execução da política deverá observar planejamento, critérios técnicos e disponibilidade orçamentária do Executivo. A Lei nº 5.557/2023 cria a política de assistência farmacêutica voltada à canabinoidoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde em Rondônia.

Com a manutenção da decisão, a legislação permanece válida no Estado, cabendo ao Poder Executivo definir os procedimentos necessários para sua implementação, observando os critérios técnicos e os recursos disponíveis. A decisão encerra a análise dos embargos apresentados pelo Governo no processo.

A decisão foi tomada pelo Tribunal Pleno ao julgar os embargos de declaração apresentados pelo Governo na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0809690-60.2025.8.22.0000.

Hospital Municipal de Machadinho d'Oeste amplia serviços, exames e realização de cirurgias

O Hospital Municipal de Machadinho d'Oeste, administrado por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP), reúne atendimentos hospitalares, exames diagnósticos e procedimentos cirúrgicos. A estrutura permite que parte das demandas de saúde seja atendida no próprio município, reduzindo a necessidade de encaminhamento de pacientes para outras cidades.

Segundo o diretor administrativo da unidade, Diego Pontes, o hospital oferece exames laboratoriais, raio-X, eletrocardiograma, ultrassonografia e endoscopia. Os serviços auxiliam na investigação e acompanhamento dos pacientes, per-

mitindo que diferentes etapas do atendimento sejam realizadas na própria unidade.

A estrutura também conta com atendimento de cirurgia geral. De acordo com o cirurgião-geral Robson Dennis, os pacientes com indicação cirúrgica podem passar por avaliação, realização dos exames necessários, preparação para o procedimento, cirurgia e acompanhamento durante a recuperação no município.

A oferta de exames e cirurgias representa maior comodidade para pacientes e familiares, especialmente em uma região marcada por grandes distâncias entre os municípios. Com os serviços



Unidade gerida por meio de Parceria Público-Privada oferece exames laboratoriais, raio-X, eletrocardiograma, ultrassonografia e endoscopia, além de procedimentos cirúrgicos realizados no próprio município.

disponíveis localmente, a população pode reduzir deslocamentos e ter maior agilidade entre o diagnóstico e o tratamento.

O funcionamento da unidade depende da integração entre as equipes administrativa e assistencial. Segundo a direção, o trabalho

busca garantir as condições necessárias para manter os serviços em funcionamento e atender às demandas da população.

Com a oferta de exames diagnósticos e procedimentos cirúrgicos, o Hospital Municipal de Machadinho d'Oeste amplia a capa-

cidade de atendimento da rede de saúde local. A proposta é concentrar diferentes serviços na própria unidade, facilitando o acesso da população e reduzindo a necessidade de encaminhamentos para outros municípios.

A expectativa é que a manutenção e ampliação desses serviços contribuam para fortalecer a assistência em Machadinho d'Oeste, oferecendo à população uma estrutura capaz de atender diferentes necessidades de saúde.

Com profissionais, exames e procedimentos concentrados na unidade, o município busca tornar o atendimento mais acessível e eficiente para pacientes e familiares.

Iniciativa que amplia acesso à educação infantil coloca TCE-RO entre os finalistas de prêmio nacional de inovação

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) está entre os finalistas do Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial (J.Ex) 2026, na categoria Inovação Social. O reconhecimento nacional destaca iniciativas que utilizam inovação para melhorar serviços públicos e gerar impactos positivos para a sociedade.

O projeto finalista é a Central de Vagas em Creches, desenvolvido pelo TCE-RO em parceria com a Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO) e o Instituto Federal de Rondônia (Ifro). A iniciativa busca contribuir para o enfrentamento do déficit de vagas na educação infantil e oferecer infor-

mações mais precisas para auxiliar os gestores públicos no planejamento das políticas educacionais.

A proposta surgiu diante da dificuldade enfrentada por famílias para conseguir vagas em creches. Por meio da organização de informações e da maior transparência sobre a demanda, a ferramenta permite identificar com mais precisão as necessidades existentes e apoiar a tomada de decisões do poder público.

Além do aspecto administrativo e tecnológico, a iniciativa está relacionada à garantia de direitos. O acesso à educação infantil pode contribuir para o desenvolvimento das

crianças, a inclusão social e o suporte às famílias, especialmente aquelas que dependem das creches para que os responsáveis possam ingressar ou permanecer no mercado de trabalho.

A seleção entre os finalistas também reforça a atuação do TCE-RO na busca por soluções voltadas à melhoria da gestão pública. A iniciativa demonstra uma atuação que vai além da fiscalização, com participação na construção e no aprimoramento de políticas públicas baseadas em informações e resultados.

Para o Tribunal, o reconhecimento nacional representa mais um passo na trajetória



É esse impacto social que levou o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) à final de uma das mais importantes premiações de inovação do país.

de desenvolvimento de projetos de inovação com finalidade social. A Central de Vagas em Creches reúne tecnologia, utilização de dados e atuação conjunta entre instituições para enfrentar um problema que afeta diretamente crianças e famílias.

A presença na fi-

nal do prêmio reforça a importância de iniciativas que buscam transformar informações em ações concretas. No caso da Central de Vagas, o objetivo é contribuir para que a gestão pública tenha melhores condições de identificar a demanda e ampliar a efetividade das políticas de educação infantil.

Porto Velho e IBGE avançam em parceria para reorganizar mapa e limites do município

Com 34.090,95 km² de extensão territorial, Porto Velho possui uma das maiores áreas municipais do país. A dimensão do território, que reúne áreas urbanas, rurais, ambientais, distritos e diferentes realidades socioeconômicas, exige planejamento e organização das informações para orientar a gestão pública.

Nesse contexto, a Prefeitura de Porto Velho e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciaram, em agosto de 2026, tratativas para formalizar um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) voltado ao reordenamento territorial do município. As instituições realizam reuniões quinzenais para alinhar informações e



Prefeitura e IBGE discutem acordo para atualizar divisão territorial, organização dos bairros e delimitação das áreas urbanas do município.

O trabalho prevê três frentes principais: a organização da divisão político-administrativa e das divisas entre os distritos; a revisão dos bairros do distrito-sede; e a delimitação dos perímetros urbanos e bairros das sedes distritais. A iniciativa busca criar uma base técnica para

apoiar o planejamento urbano e territorial e a definição de políticas públicas.

Para auxiliar no processo, a Prefeitura estruturou a Equipe Técnica Municipal para o Reordenamento Territorial (ETM-RT), formada por representantes de diferentes secretarias e áreas re-

lacionadas ao planejamento urbano, meio ambiente, infraestrutura, mobilidade, habitação, geoprocessamento e estatística. A equipe deverá integrar informações para subsidiar as discussões sobre a organização do território.

A atualização dos limites e das informações territoriais poderá contribuir para o planejamento de infraestrutura, logística, atividades econômicas, ocupação do solo, investimentos e prestação de serviços públicos. O trabalho também deverá considerar as características específicas da sede, dos distritos e das demais localidades de Porto Velho.

A proposta prevê

ainda a participação de moradores, lideranças comunitárias, conselhos municipais e outros representantes da sociedade. A previsão é que, no primeiro trimestre de 2027, sejam realizadas reuniões comunitárias nos distritos para apresentar e discutir propostas de delimitação territorial e os respectivos mapas.

Enquanto as tratativas entre Prefeitura e IBGE continuam, as instituições avaliam a formalização do acordo e os próximos passos do projeto. A iniciativa pretende estabelecer uma base técnica mais organizada para o território de Porto Velho e auxiliar o município no planejamento e na execução de políticas públicas.

Prefeitura de Porto Velho lança Programa de Integridade para fortalecer ética e transparência na gestão pública

A Prefeitura de Porto Velho lançará, no dia 27 de outubro de 2026, o Programa de Integridade da Prefeitura de Porto Velho. O evento será realizado das 9h às 11h30, no Auditório da SGOV, e reunirá autoridades, servidores municipais e representantes das secretarias que participarão da disseminação e do fortalecimento da cultura de integridade na Administração Pública Municipal.

A iniciativa tem como objetivo fortalecer princípios como ética, integridade, transparência e responsabilidade, além de ampliar as ações de prevenção de irregularidades na gestão pública. O programa também busca contri-

buir para o aprimoramento dos processos administrativos e para a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população.

O lançamento contará com a presença do prefeito Léo Moraes, do controlador-geral do Município, Jonhy Milson Oliveira Martins, e da superintendente da Controladoria-Geral da União (CGU) em Rondônia, Sônia Maria Mendes Moraes Silva. Também participarão servidores municipais e representantes das secretarias municipais.

Para o prefeito Léo Moraes, o fortalecimento dos mecanismos de integridade contribui para uma gestão mais eficiente e transparente. “Uma

administração pública responsável precisa trabalhar com transparência, ética e compromisso com a população. O Programa de Integridade fortalece esses princípios e ajuda a aprimorar os processos, prevenir irregularidades e garantir que os recursos e serviços públicos sejam cada vez mais bem administrados”.

A implantação do Programa de Integridade representa mais uma medida para fortalecer os mecanismos de prevenção, orientação, controle e gestão de riscos dentro da Administração Municipal. A proposta é estimular práticas que contribuam para uma atuação mais responsável, transparente e alinhada



Léo Moraes destacou que o Programa de Integridade fortalece a transparência, a ética e a eficiência na gestão pública.

da ao interesse público.

O Programa de Integridade está alinhado às recomendações e orientações do Programa Time Brasil, da Controladoria-Geral da União (CGU), iniciativa que apoia estados e municípios no aprimoramento da transparência, da inte-

gridade e da prevenção da corrupção.

A atuação conjunta contribui para o fortalecimento da governança e dos mecanismos de controle na gestão pública, incentivando a adoção de boas práticas e o aperfeiçoamento contínuo da administração municipal.

Homem perde R\$ 14,8 mil em golpe com falso anúncio de veículo

Um homem foi vítima de um golpe envolvendo um falso anúncio de veículo e perdeu R\$ 14,8 mil após criminosos se passarem por seu sobrinho durante a negociação. O caso foi registrado pela Polícia Militar na manhã desta terça-feira (22), na zona rural de Theobroma.

Segundo o registro policial, a ocorrência foi registrada às 7h26, na RO-133, Travessão 04, km 08, lado direito, na zona rural do município.

A vítima relatou que encontrou um anúncio de veículo no Facebook e entrou em contato com uma pessoa que afirmava ser o proprietário. Durante a conversa, o suposto vendedor disse que morava em Ji-Paraná e que o veículo estaria em Ariquemes.

Para verificar o automóvel, a vítima pediu que um sobrinho, que estava em Ariquemes, fosse até o local conferir o veículo. Durante esse contato, o golpista conseguiu obter o número de telefone do sobrinho e passou a utilizar a foto de perfil dele, fazendo-se passar pelo familiar.

Acreditando estar conversando com o sobrinho, a vítima recebeu a confirmação de que o veículo havia sido vistoriado e que a negociação poderia prosseguir. Na sequência, realizou dois pagamentos via Pix, sendo um de R\$ 8 mil e outro de R\$ 6,8 mil, totalizando R\$ 14,8 mil.

Após realizar as transferências, a vítima



A vítima procurou a Polícia Militar para registrar a ocorrência.

ma fez uma chamada de vídeo com o verdadeiro sobrinho e descobriu que ele não havia participado da negociação. Foi então que percebeu que havia sido enganada.

Imediatamente, a vítima entrou em contato com o banco Nubank para comunicar a fraude e, posteriormente, procurou

a Polícia Militar para registrar a ocorrência. Os comprovantes das transferências foram anexados ao registro e poderão auxiliar nas investigações.

O caso foi registrado como possível crime de estelionato e deverá ser encaminhado para investigação pelas autoridades competentes.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Proc. Adm. nº1371/26, conforme o Pregão Eletrônico nº80/26. Após a tramitação legal, foram consideradas vencedoras pelo Pregoeiro, as empresas; OPEN FARMA COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 27.130.979/0001-79 com os Lotes: 1, 5 no valor total de R\$ 315.539,00. J & A COM. E REP. DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA - 49.059.257/0001-08; com os Lotes: 2 no valor total de R\$ 372.400,00. VILHEMED COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE INSTRUMENTOS E MAT. PARA USO MÉDICO LTDA - 30.203.451/0002-78 com os Lotes: 3, 11 no valor total de R\$ 286.800,00. MEDSHOP HOSPITALAR LTDA - 54.541.915/0001-33 com os Lotes: 4, 6 no valor total de R\$ 85.940,00. CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA - 26.093.205/0001-52 com os Lotes: 7 no valor total de R\$ 7.971,50. JGM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - 38.460.625/0001-09 com os Lotes: 8, 9, 10 no valor total de R\$ 23.754,00, com valor total do certame de R\$ R\$ 1.092.404,50 (um milhão noventa e dois mil e quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos). Cumpridas as exigências do Pregão Eletrônico apresentado os menores preços para os itens de acordo com a Ata Final do Pregoeiro, Termo de Adjudicação e Homologação.

Chupinguaia-RO, 23 de setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2026/SRP. MODO DE DISPUTA ABERTO (EXCLUSIVO MEI, ME e EPP para os lotes 01, 02, 04, 06, 07, 08 e 09)

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que realizará Licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço Por Lote. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a Formação do Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a futura e eventual aquisição de materiais de consumo odontológico, destinados ao atendimento das demandas da Equipe de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA. Processo Administrativo nº 1671/2026. Valor total de R\$: 498.966,20 (quatrocentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos). Data para recebimento de proposta às 08:00 horas do dia 9 de setembro de 2026; data de início da sessão pública: às 09:00 horas do dia 09 de outubro de 2026; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br “acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

CHUPINGUAIA, 24 de setembro de 2026

MAGNO B. S. FERREIRA
Pregoeiro



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº023/PMAP/2025

PROCESSO: 1-1248/SEMTAS/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO- RO
CONTRATADA: J C F RIBEIRO ENGENHARIA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 21.765.570/0001-42.
DO OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato nº 023/PMAP/2025, que tem por finalidade a contratação de empresa especializada em engenharia civil para a construção de um Centro de Reabilitação.
DA VIGENCIA: O prazo de execução estabelecido no item 7.2.1 do Contrato nº 023/PMAP/2025 fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias corridos, compreendendo o período de 16/09/2026 a 14/12/2026. O prazo de vigência estabelecido no item 7.3.1 do Contrato nº 023/PMAP/2025 fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos, compreendendo o período de 19/11/2026 a 18/12/2026.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 7B024E55, data de circulação 25/09/2026.

Alto Paraíso/RO, 14 de setembro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

Foragido acusado de crimes de homicídio, roubo e furto, é recapturado pela PM

A Polícia Militar do 10º Batalhão recapturou, na manhã desta quarta-feira (23), um homem identificado como Leandro, conhecido pelo apelido de “Gaguinho”, que possuía um mandado de recaptura em aberto. A prisão ocorreu no município de Alto Alegre dos Parecis, em Rondônia.

De acordo com as informações divulgadas, o homem possui diversas passagens pela Justiça e é apontado como envolvido em ocorrências relacionadas aos crimes

de homicídio, roubo e furto. A localização ocorreu durante uma ação da Polícia Militar no município.

Após ser localizado, Leandro foi preso pelos policiais e encaminhado à unidade policial, onde foram realizados os procedimentos necessários para o registro da ocorrência e formalização da prisão.

Na sequência, o homem foi apresentado à unidade prisional, onde permaneceu à disposição da Justiça. A partir da recaptura,

deverão ser cumpridas as determinações previstas no mandado expedido contra ele.

Segundo o documento judicial, o mandado de recaptura foi expedido pela Vara Criminal de Rolim de Moura, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. A ordem judicial determinava a localização e o encaminhamento do acusado ao sistema prisional.

A recaptura encerra, neste momento, a situação de foragido do homem, que deverá permanecer sob custódia enquanto a Justiça



Foragido foi localizado pelo 10º Batalhão da Polícia Militar e encaminhado ao sistema prisional para cumprimento de determinação judicial

avalia as medidas cautelares judiciais relacionadas ao mandado bíveis.

O caso segue vinculado aos procedimentos expedidos pela Vara Criminal.

Frigorífico, empresa e residências são alvos de fiscalização contra furto de energia; 4 são presos

Em menos de 24 horas, 4 pessoas foram presas por furto de energia em 3 municípios das regiões central e sul de Rondônia. As ocorrências atingiram um frigorífico de grande porte em Ji-Paraná, uma empresa em Cacoal e imóveis residenciais em São Miguel do Guaporé.

No caso de Ji-Paraná, a irregularidade foi constatada nas instalações de um frigorífico de grande porte. Em Cacoal, a prisão ocorreu em uma empresa que trabalha com limpeza e manutenção de ar-condicionado. Outras 2 pessoas foram presas em imóveis residenciais de São Miguel do Guaporé.

A Energisa identificou indícios de irregularidades nas instalações e acionou a Polícia Técnico-Científica (Politec), respon-

sável pela constatação das fraudes. A Polícia Militar foi chamada após a verificação e realizou as prisões.

O furto de energia, conhecido popularmente como “gato”, é enquadrado no artigo 155 do Código Penal. Daniel Andrade, ge-

rente do Departamento de Combate a Perdas da Energisa Rondônia, afirmou que o desvio de energia também pode afetar a segurança da rede e prejudicar consumidores que mantêm as contas em dia.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO nº 002/2026 – SEMAGRI

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1600/2025
O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o resultado do Chamamento Público nº 002/2026 – SEMAGRI, em favor da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS PARA AJUDA MÚTUA – ASPRUPAM, CNPJ nº 04.926.107/0001-16, para celebração de Acordo de Cooperação e Cessão de Uso de 01 (um) Perfurador de Solo, destinado ao fortalecimento da agricultura familiar no Município de Alto Paraíso/RO.

Alto Paraíso/RO, 21 de setembro de 2026.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DA ARP nº 020/2026 PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2026 PROCESSO nº 1210/2026

Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de topografia, sondagem e demais levantamentos técnicos, visando atender às demandas das Secretarias do Município de Alto Paraíso/RO, DETENTORA: PIRES & MAIA ENGENHARIA SONDAGEM E TOPOGRAFIA LTDA, CNPJ nº 61.562.820/0001-61, Valor registrado: R\$ 28.490,00. Vigência: 12 meses. A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível no PNCP e no Portal da Transparência do Município.

Alto Paraíso/RO, 24 de setembro de 2026.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Bike Tour vai percorrer pontos históricos de Porto Velho neste domingo (27)

Pedalar por alguns dos principais pontos históricos de Porto Velho será uma das atividades que antecederão a programação pelos 112 anos da capital. Neste domingo (27), moradores poderão participar do Bike Tour, passeio ciclístico que também marca o Dia Mundial do Turismo.

A concentração começa às 7h30, no Mercado Cultural, na avenida Presidente Dutra, com largada prevista para às 8h. As inscrições são gratuitas e estão disponíveis pelo PVH+, com vagas limitadas a 300 participantes.

O passeio é voltado para clubes de ciclismo, grupos de pedal e ciclistas em geral. Ao final do percurso, também haverá sorteio de brindes entre os participantes.

O roteiro começa no Mercado Cultural e segue por pontos como a Universidade Federal de Rondônia (Unir), Praça das Três Caixas D'Água, Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e região do Cai N'Água. O trajeto também passará pela avenida Farquar e rua Rio Machado, seguindo a região dos trilhos.

"O Bike Tour foi

pensado para proporcionar uma experiência diferente pela cidade. Enquanto pedalam, os participantes vão passar por locais que ajudam a contar a história de Porto Velho, unindo turismo, atividade física e valorização do nosso patrimônio", explicou o secretário executivo de Turismo da Semtel, Aleks Palitot.

Para o prefeito Léo Moraes, a atividade une esporte, turismo e valorização da história da cidade. "Queremos que a população participe dos 112 anos também conhecendo e valorizando os espaços



Passeio é voltado para clubes de ciclismo, grupos de pedal e ciclistas em geral.

que fazem parte da história de Porto Velho. O Bike Tour proporciona esse encontro com a cidade de uma maneira diferente, reunindo atividade física, turismo e convivência".

INSCRIÇÕES

As inscrições já estão abertas pelo PVH+ e seguem enquanto houver disponibilidade das 300 vagas. A orientação é que os interessados façam o cadastro antecipadamente para garantir a participação.

Ancelotti elogia Vini Jr. mesmo em fase de baixa: "Qualidade inegável"

O técnico da Seleção Brasileira, Carlo Ancelotti, comentou o atual momento de Vinícius Júnior em entrevista ao jornal indiano The Times of India, nesta quarta-feira (23). A declaração ocorreu antes dos próximos compromissos do Brasil na Data Fifa. O treinador reconheceu que o atacante atravessa uma fase abaixo do esperado no Real Madrid, mas demonstrou confiança em uma reação nas próximas partidas.

Segundo Ancelotti, apesar dos números recentes, a qualidade do jogador permanece evidente. "Ele não está no seu melhor agora. [...] A qualidade de Vinícius é inegável. Ele é

um jogador fantástico, um dos melhores do mundo. Tenho certeza de que ele estará no seu melhor nas próximas partidas", afirmou o treinador.

Na atual temporada pelo Real Madrid, Vinícius Júnior disputou oito partidas entre o Campeonato Espanhol e a Liga dos Campeões. O atacante marcou um gol e contribuiu com três assistências, somando quatro participações diretas em gols.

O único gol marcado pelo brasileiro até o momento foi na goleada por 4 a 1 sobre o Rayo Vallecano, pelo Campeonato Espanhol. Os números ficaram abaixo do desem-

penho que o atacante já apresentou em outras temporadas pelo clube espanhol, mas Ancelotti destacou a capacidade técnica do jogador e acredita em uma evolução no decorrer dos próximos jogos.

A passagem pela Seleção Brasileira também representa uma oportunidade para o atacante recuperar confiança e voltar a ter protagonismo no setor ofensivo. Na Copa do Mundo, Vinícius Júnior participou de todas as partidas disputadas pelo Brasil e terminou a competição como artilheiro da equipe, com quatro gols e uma assistência.

A expectativa da comissão técnica é



Técnico do Brasil reconhece fase abaixo do esperado no Real Madrid, mas destaca qualidade do atacante antes dos amistosos da Data Fifa.

que os amistosos sirvam também para dar sequência ao trabalho da Seleção e avaliar jogadores antes dos próximos compromissos oficiais. Vinícius aparece entre os principais nomes do elenco e é uma das opções para o setor ofensivo da equipe comandada por Ancelotti.

A Seleção Brasi-

leira volta a campo na sexta-feira (25), contra a Austrália, às 7h. O segundo compromisso será diante da Índia, no sábado (3 de outubro), às 11h. As partidas fazem parte da programação da equipe durante a Data Fifa e serão oportunidades para Ancelotti observar o elenco e buscar evolução no desempenho coletivo.